

Rombo de mais de R\$ 18 milhões marca gestão de instituto na saúde de Santarém

Category: GERAL, PARÁ, REGIÃO

escrito por Ayumi Yohanna Miyamoto | 31 de janeiro de 2026



A Justiça de Santarém recebeu uma Ação Civil Pública por improbidade administrativa contra o Instituto Social Mais Saúde e outros quatro integrantes da organização social responsável por serviços de saúde no município.

A ação foi proposta pela 9ª Promotoria de Justiça de Direitos Constitucionais e Patrimônio Público, no último 28 de janeiro, e envolve a gestão do Hospital Municipal de Santarém (HMS), do Samu, da UPA 24 horas e das unidades de Alter do Chão, Santarenzinho e Nova República.

O contrato de gestão, firmado em 2020, previa eficiência administrativa e controle rigoroso dos recursos públicos, mas foi rescindido em 2023 após uma série de inconsistências. De acordo com o Ministério Público, relatórios da Secretaria Municipal de Saúde (Semsa) e da Controladoria-Geral do Município apontaram falhas graves na execução financeira.

Os grupos de despesas definidos no edital não foram respeitados, comprometendo o controle contábil exigido pelo contrato. Para a promotoria, a falta de organização nos registros resultou em má aplicação de recursos públicos.

Em 2022, uma auditoria interna foi instaurada para analisar os exercícios financeiros de 2020 a janeiro de 2023. O levantamento revelou contratações arbitrárias, serviços pagos sem previsão contratual, conflitos de interesse e não cumprimento de metas previstas.

Entre os principais problemas estão aquisições de medicamentos com sobrepreço e pagamentos a empresas médicas terceirizadas sem comprovação dos serviços. O relatório apontou R\$ 1.714.049,68 em sobrepreço na compra de remédios. Também foram identificados R\$ 3.512.961,00 pagos a empresas médicas fora do contrato, caracterizando quarteirização indevida.

Outro dado destacado foi o início da execução contratual já em desequilíbrio financeiro, com déficit desde o primeiro mês. A má gestão levou a um endividamento acumulado de R\$ 18.378.087,44 junto a fornecedores e prestadores de serviço.

Segundo o MP, os fatos configuram atos dolosos de improbidade administrativa, com desvio de finalidade e prejuízo direto ao erário. Na ação, a promotoria pede que os réus sejam condenados a devolver valores milionários aos cofres públicos.

Entre os pedidos estão:

R\$ 591 mil pagos a empresas médicas ligadas à quarteirização da gestão

R\$ 1.100.135,86 por serviços não executados

Ressarcimento de valores pagos a empresas com conflito de interesses

R\$ 3.512.961,00 por serviços sem cobertura contratual

O MP também solicita que o município não efetue pagamentos de mais de R\$ 6 milhões ao instituto, como forma de reduzir o passivo do contrato.

Além da devolução dos recursos, a ação requer:

Suspensão dos direitos políticos por até 12 anos

Multa civil de R\$ 10.865.597,73

Proibição de contratar com o poder público pelo mesmo período

O processo tramita na Vara de Fazenda Pública e Execução Fiscal de Santarém.

Fonte: Estado do Pará e Publicado Por: Jornal Folha do Progresso em 31/01/2026/10:01:31

O formato de distribuição de notícias do [Jornal Folha do Progresso](#) pelo celular mudou. A partir de agora, as notícias chegarão diretamente pelo formato Comunidades, ou pelo canal uma das inovações lançadas pelo WhatsApp. Não é preciso ser assinante para receber o serviço. Assim, o internauta pode ter, na palma da mão, matérias verificadas e com credibilidade. Para passar a [receber as notícias](#) do Jornal Folha do Progresso, clique nos links abaixo siga nossas redes sociais:

- [Clique aqui e nos siga no X](#)
- [Clica aqui e siga nosso Instagram](#)
- [Clique aqui e siga nossa página no Facebook](#)
- [Clique aqui e acesse o nosso canal no WhatsApp](#)
- [Clique aqui e acesse a comunidade do Jornal Folha do Progresso](#)

Apenas os administradores do grupo poderão mandar mensagens e saber quem são os integrantes da comunidade. Dessa forma, evitamos qualquer tipo de interação indevida. Sugestão de pauta enviar no e-mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com.

**Envie vídeos, fotos e sugestões de pauta para a redação do JFP
(JORNAL FOLHA DO PROGRESSO) Telefones: WhatsApp (93) 984046835
6835– (93) 98117 7649.**

“Informação publicada é informação pública. Porém, para chegar até você, um grupo de pessoas trabalhou para isso. Seja ético. Copiou? Informe a fonte.”

Publicado por Jornal Folha do Progresso, Fone para contato 93 981177649 (Tim) WhatsApp: - 93 - 984046835 (Claro)
- Site: www.folhadoprogresso.com.br e-
mail: folhadoprogresso.jornal@gmail.com/ou e-
mail: adeciopiran.blog@gmail.com